

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**REQUERIMENTO Nº ............., DE 2024.**

*Solicita que seja convocado o Ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, a prestar esclarecimentos a respeito das providencias adotadas pelo MJSP, em relação aos recentes acontecimentos envolvendo, supostos grupos indígenas e proprietários rurais, em decorrência de invasões/esbulho possessório em propriedades rurais no município de Guaíra/PR, e regiões adjacentes.*

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 50, da Constituição Federal, e Art. 24, IV e 117, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a adoção das providências necessárias à convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, S. Ex. Ricardo Lewandowski, a prestar esclarecimentos a respeito das providencias adotadas pelo MJSP, em relação aos recentes acontecimentos envolvendo, supostos grupos indígenas e proprietários rurais, em decorrência de invasões/esbulho possessório em propriedades rurais no município de Guaíra/PR, e regiões adjacentes.

**JUSTIFICAÇÃO**

Os recentes acontecimentos em Guaíra têm gerado grande preocupação entre a população local, em especial entre os produtores rurais. Estes cidadãos, responsáveis por grande parte da produção agrícola da região, estão enfrentando uma crescente onda de violência e insegurança que ameaça não só suas propriedades, mas também suas vidas e de suas famílias. Invasões de propriedades e agressões, têm sido reportados com frequência alarmante, exigindo pronta resposta do poder público, para garantir a lei e a ordem (e em especial, a integridade física dos envolvidos, bem como o direito de propriedade).

É observado que grupos identificados como indígenas têm se apropriado de terras alheias, desrespeitando a legislação vigente. Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), qualquer desapropriação deve ser precedida de indenização prévia, tanto pela terra nua quanto pelas benfeitorias realizadas. Invasões arbitrárias, sem qualquer base legal, apenas promovem desordem e insegurança. Recentemente, o ministro Gilmar Mendes instituiu uma comissão com o objetivo de interpretar a legislação e buscar conciliação em conflitos fundiários, mas ainda assim, persistem as invasões na referida região.

Os produtores rurais desempenham um papel crucial na economia brasileira, garantindo a produção de alimentos e impulsionando o desenvolvimento econômico. A vulnerabilidade a que estão expostos não pode ser ignorada, e é imprescindível que o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) adote, imediatamente, medidas eficazes para restabelecer a ordem e a segurança na região, visto que o governo municipal tem enfrentado dificuldades para conter a situação.

A convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, S. Exa. Ricardo Lewandowski, visa obter esclarecimentos detalhados sobre as ações que o MJSP pretende implementar para garantir a proteção dos produtores rurais e a estabilidade em Guaíra. É fundamental entender quais estratégias serão adotadas para prevenir novos incidentes, assegurar a punição dos responsáveis e, principalmente, proporcionar um ambiente seguro para que os produtores possam desempenhar suas atividades sem temor.

Além disso, é necessário avaliar como o MJSP pretende colaborar com outras esferas governamentais e instituições de segurança para criar uma resposta integrada e eficaz. A situação em Guaíra é um reflexo de um problema maior, e que afeta diversas áreas rurais do Brasil. A resposta do Ministério da Justiça tem o condão de estabelecer a lei e a ordem não só nesse caso, mas nas outras diversas situações semelhantes existentes em todo o Brasil.

Portanto, a presença do Ministro Ricardo Lewandowski nesta Comissão é essencial para garantir que os produtores rurais de Guaíra recebam a proteção e o apoio que necessitam, e para que possamos exercer nosso papel de fiscalização, contribuindo para a formulação de políticas públicas que garantam a segurança e a tranquilidade de todos os cidadãos brasileiros.

Diante do exposto, solicitamos a aprovação deste requerimento para que possamos ouvir o Ministro da Justiça e Segurança Pública sobre os encaminhamentos e providências que estão sendo adotados para enfrentar a referida situação no Paraná.

Sala da Comissão, em      de                       de 2024.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Deputado**